



Discurso da Senhora Secretária de Estado da Cultura

Sessão de Abertura

XIX Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico

21 de novembro, Santarém

Agradeço o convite que me foi dirigido e expresso a minha satisfação em estar presente na abertura da 19.^a Edição do Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico. É também esta uma ocasião que se apresenta como oportunidade de partilha e reflexão sobre os desafios permanentes que se colocam a uma boa articulação entre a preservação dos valores históricos e patrimoniais das nossas cidades e a melhoria das condições de vida de quem lá vive.

Os centros históricos ou a sua definição são tema estimulante e desafiador. A diversidade de aspetos que abarca convoca às abordagens multidisciplinares. A vertente patrimonial é apenas uma delas, a par da urbanística, social, económica, turística, técnica, ambiental, entre outras. Contudo, é a presença dos valores patrimoniais que estão normalmente associados à delimitação do que é considerado um centro histórico: muitas vezes vestígios de antigas muralhas, lugar onde se sobrepõem estratos temporais sucessivos da história do lugar ou os edifícios mais representativos e arquitetura monumental.

O património é sempre uma construção que dele fazemos. A evolução do conceito de património reflete as perceções culturais, sociais, económicas e políticas de cada época e dos contextos a partir dos quais foi emergindo e foi sendo pensado. E é esta sua volatilidade e permeabilidade que expõe ao mesmo tempo a sua fragilidade. É, pois, assim necessária a vigilância sobre a operacionalização da ideia de património, promovendo uma postura crítica ativa e permanente sobre ele.



O ímpeto de patrimonialização e, na sua sequência, de preservação, trouxe à evolução e crescimento das cidades questões complexas de ordenamento urbanístico, por vezes, até mesmo com resultados contraditórios.

A rígida conservação de um lugar pode contrair a sua capacidade e necessidade de evolução e transformação, com efeitos de exclusão social, funcionando como obstáculo a uma utilização ativa dos seus espaços, esvaziando-o de seu potencial de inclusão e de construção de identidade.

A importância dos monumentos e sítios vai para além do seu valor estético ou material. A estes é amplamente reconhecida a função fulcral de se assumirem como repositórios dinâmicos de memória e veículos potenciadores de desenvolvimento económico e social. São centrais para a atividade turística e constituem-se como instrumentos incontornáveis de educação e conhecimento.

A preservação dos centros históricos deve ser feita de forma a garantir que continuem a ser um reflexo da sua comunidade, com equilíbrio entre memória e modernidade. Só assim conseguiremos que os centros históricos não sejam uma evocação de um passado que já não existe, ou a sua fabricação artificial, mas também lugares de futuro, onde a história e a vida contemporânea convivem de forma autêntica, mantendo a sua função social.

Os espaços urbanos devem ser preservados não apenas pela sua aparência ou valor simbólico, mas também pela sua capacidade de responder às necessidades das pessoas que os utilizam.

É imperativo, portanto, que reflitamos de forma crítica e nos articulemos sobre a maneira como tratamos e desenvolvemos estes lugares. Precisamos de linhas

de atuação concertadas que não apenas preservem o património, mas que também integrem os centros históricos na realidade atual e no quotidiano das pessoas que aqui vivem. Precisamos de garantir que esses espaços continuem a ser lugares de encontro, de troca e de pertença para os seus moradores, sem que percam a sua identidade cultural.

Precisamos de um equilíbrio entre a preservação histórica e a adaptação às necessidades contemporâneas. Isso exige ações concretas, o incentivo ao uso habitacional nos centros históricos, o apoio a pequenos negócios locais e a promoção de atividades culturais que envolvam a comunidade. Não podemos permitir que a história se torne apenas um cenário sem vida, uma peça de museu distante das necessidades dos cidadãos que convivem todos os dias nesses lugares.

Além disso, é essencial que os poderes públicos, em conjunto com a sociedade civil e com os próprios habitantes, procurem alternativas para devolver aos centros históricos a sua função original de espaço vivo, democrático, funcional e inclusivo. Isso significa também repensar a mobilidade, a acessibilidade, a convivência e, acima de tudo, respeitar a diversidade das pessoas que ali habitam, permitindo-lhes o usufruto do espaço e um papel esclarecido e interventivo na ponderação sobre as transformações.

É fundamental, assim, promover um diálogo contínuo entre gestores e técnicos urbanísticos e do património, estimular o envolvimento das comunidades locais e sensibilizar os diferentes públicos, de modo a encontrar soluções que garantam a preservação dos bens patrimoniais, sem prejuízo dos benefícios que se colhem da atividade económica gerada pelo turismo para o desenvolvimento das regiões, e da capacidade de captação de investimento para as intervenções necessárias à salvaguarda do património para as gerações futuras.



Uma última palavra, para referir o empenho com que o Ministério da Cultura está a acompanhar de forma muito próxima a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, que, na componente Património Cultural, veio permitir a intervenção em 76 museus, monumentos e palácios e a requalificação de teatros nacionais, num valor total que ultrapassa os 200 milhões de euros, e entre os quais se encontram Bens inscritos na Lista do Património Mundial, com benefícios diretos na requalificação de imóveis classificados e na construção identitária das comunidades.

Contem, pois, com o Ministério da Cultura como um aliado no desenvolvimento sustentável do nosso território, assente no respeito pela autenticidade dos valores históricos e patrimoniais das nossas cidades e vilas, promovendo modelos e condições de usufruto e projeção qualificadas, em missão que nos envolve a todos.

Agradeço a vossa atenção.

Maria de Lurdes Craveiro, 21.11.2024